Bom dia a todos e todas. Vou tentar falar “despacio”, então se eu estiver falando rápido, me avisem por favor. Gostaria de começar agradecendo o convite para falar sobre os **Desafios da soberania regional ante uma nova agenda de demandas sociais e câmbios geopolíticos globais**, em nome de Federico Montero, do La Campora.

É uma honra poder falar nesta mesa em comemoração aos 30 anos da criação do Mercosul, porque o *Tratado de Assunção,* assinado em 26 de março de 1991, deu início ao sonho de integração, soberania e desenvolvimento inclusivo, não só da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mas de toda a América Latina.

Eu sou a deputada federal Rosa Neide, eleita pelo Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso. Sou Pedagoga e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Sou Professora e atuo na educação desde 1981 e já fui Secretária de Estado de Educação e consultora da UNESCO.

É fundamental que a gente reflita sobre os 30 anos deste Bloco que surgiu no contexto da redemocratização da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A ideia inicial de criar um mercado comum e promover a integração econômica-comercial entre nossos países teve que somar outros debates comuns, como temas políticos, direitos humanos, sociais e de cidadania. Por isso, depois de 3 décadas, precisamos enfrentar os novos desafios e as novas demandas sociais e mudanças globais que impactam nosso Bloco.

A pandemia nos mostrou o quanto necessitamos unir cada vez mais esforços. Nossos países membros não conseguiram produzir uma vacina (vacuna) contra o covid-19 e dependemos dos insumos e das vacinas dos outros países. Necessitamos compartilhar tecnologia e conhecimento para o crescimento mútuo. Necessitamos **aprimorar o ensino**, especialmente da área de ciências, dos nossos meninos e meninas.

Paulo Freire dizia que “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados”. Necessitamos discutir as políticas públicas educacionais do nosso bloco. Sempre que uma grande multinacional deseja se instalar em uma região, a educação é direcionada para oferecer mão de obra para aquela empresa.

Necessitamos pensar para além dos interesses comerciais e financeiros; necessitamos profissionalizar as pessoas e também que elas tenham conhecimento teórico e prático sobre diversas áreas, principalmente sobre ciência e tecnologia. Necessitamos de sujeitos críticos, que aprendam sobre nossa própria história e sobre política, para não repetirmos os erros do passado, com ditaduras e golpes de estado; cidadãos presos, torturados e assassinados.

Sabemos o imenso desafio de propor uma prática pedagógica unificada considerando as diferenças enormes de cada região do nosso Bloco. Mas temos como aliada a tecnologia, que se mostrou como uma importante ferramenta para que as crianças e adolescentes não perdessem completamente o acesso à educação durante a pandemia. Alunos e professores tiveram que se adaptar ao universo online e essa experiência pode auxiliar na troca de informações e conhecimento necessários entre nossos países, com a unicidade da técnica e a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta, como nos ensinou Milton Santos.

Necessitamos oferecer educação de qualidade e capacitar nossos professores para este novo cenário on-line. E podemos iniciar utilizando as 10 recomendações da Unesco para o ensino à distância durante a pandemia, como a escolha da tecnologia adequada com os serviços de energia elétrica e internet de cada região; a segurança de dados e da comunicação on-line; e a adoção de medidas de cuidados sociais, que assegurem interações humanas regulares. Principalmente, necessitamos garantir a implementação de medidas que garantam o acesso aos alunos de baixa renda ou com deficiências a estes programas de educação à distância, integrando nosso Bloco e garantindo um guia de boas práticas no nosso território, que pode ser feita não só na educação, mas também na área da saúde.

Outro desafio urgente que necessitamos discutir é **a proteção da Amazônia, do meio ambiente da e a sustentabilidade**. O Acordo Estados Unidos, México e Canadá – USMCA, que substituiu o Nafta em julho de 2020, aumentou a regulação do Bloco Norte-Americano no respeito ao meio-ambiente. Essa semana, a União Europeia chegou a um acordo, que falta ser aprovado formalmente pelo Parlamento Europeu e Conselho de Líderes, para criar o que chamaram de “Lei Climática”, com a meta de reduzir até 2030 as emissões de gases que agravam o efeito estufa a 55% dos níveis de 1990 e atingir a neutralidade até 2050.

Nós somos os guardiões da maior floresta tropical do mundo. Estamos vendo a Floresta Amazônica ser destruída no DESgoverno Bolsonaro, que desmantela as políticas ambientais que havíamos conquistado. Para se ter uma ideia, em agosto de 2020, os dados de monitoramento por satélite divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE mostraram que o desflorestamento na Amazônia aumentou 34% nos últimos 12 meses, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Foi a segunda alta consecutiva nos primeiros dois anos de gestão de Jair Bolsonaro. Em agosto deste ano, quando os novos dados forem apresentados, com certeza veremos um desflorestamento em ritmo ainda mais acelerado.

O sistema de Detecção de Desflorestamento em Tempo Real, do Inpe, detectou que no primeiro semestre de 2020, foram registrados 3.069,57 km² de áreas sob alerta de desflorestamento na Amazônia, a maior nos últimos 5 anos.

Aqui no Mato Grosso estamos vendo o Pantanal pegar fogo. Nosso estado ficou coberto de fumaça, o que agravou os problemas respiratórios da população que faz parte do grupo de risco da covid-19, como idosos e pessoas com doenças pré-existentes. O Pantanal vive sua maior tragédia ambiental das últimas décadas, consequência da irresponsabilidade na condução das políticas ambientais e do desflorestamento ilegal. O INPE, também em agosto de 2020, apontou que foram desflorestados 24.915 km² do Pantanal, correspondente a 16,5% do bioma.

Precisamos construir juntos uma ação de preservação da Amazônia, de sustentabilidade e de cuidado com a natureza e com o meio ambiente. É uma missão e obrigação deste Bloco incluir esta pauta em suas discussões.

Além do aquecimento global e das mudanças climáticas, cientistas do mundo todo vem alertando que a destruição do meio ambiente hoje pode ser a nova pandemia amanhã. Eles afirmam que o desflorestamento, a falha no manejo das criações e a retirada dos animais selvagens do seu habitat aumentam o risco de novas doenças – as zoonoses. É caso da Aids, do Ebola, da Zika e provavelmente a Covid-19.

Nesta quinta e sexta-feira, a Cúpula do Clima debateu a mudança climática provocada pela emissão de gases de efeito estufa e o Brasil tentou convencer os 40 países da Cúpula que está protegendo a Amazônia e que os países ricos financiem o combate ao desflorestamento. Mas toda a destruição do meio ambiente que estamos vendo, é fruto da política ambiental danosa do Governo Bolsonaro e este Bloco precisa debater sobre isso também.

Um outro desafio que temos é a **violência política contra as mulheres**. O golpe de estado contra Dilma Rousseff foi primeiro um processo machista e misógino, onde colocavam adesivos na entrada do combustível dos carros, na abertura onde se coloca a bomba de combustível, retratando a Presidenta de pernas abertas e ao mesmo tempo, simulando uma espécie de estupro quando a bomba fosse colocada no carro, para “protestar” contra o aumento do combustível, que na época era metade do que é cobrado hoje.

Tratada como “difícil” ou “louca” pelas revistas, teve que aguentar um processo fraudado e arquitetado pela elite, que não admitia que o partido dos trabalhadores tivesse vencido pela 4ª vez seguida as eleições. Tanto foi um golpe, que Dilma não perdeu os direitos políticos e se candidatou em 2018, mas só não foi eleita pela máquina de Fake News e disparo ilegal de mensagens do “Gabinete do Ódio”.

Todas sofremos algum tipo de violência, assédio e discriminação em algum momento da nossa participação política, seja antes de sermos candidatas, durante o período eleitoral e até mesmo no exercício do mandato. No Brasil, as parlamentares de esquerda são os maiores alvos dessa violência, como a vereadora Marielle Franco; mas todas nós já fomos vítimas em algum momento dessa violência que não escolhe partido, apenas gênero.

Nas eleições de 2020 no Brasil as candidatas foram perseguidas, ameaçadas e até assassinadas. Agora eleitas, muitas estão sob ataque constante, ameaça de morte e divulgação dos seus dados pessoais e de seus familiares. Precisamos de uma política no Bloco que promova a nossa real participação na política. Temos o direito de ser eleitas sem que nossa vida ou da nossa família fique em risco.

A prefeita Margarida Salomão, do PT/MG, eleita em 2020 para comandar uma cidade com quase 600 mil habitantes, foi ameaçada de morte porque propôs o lockdown como medida para conter o avanço da pandemia de covid-19. E essa intimidação contra as medidas que diminuam o avanço da doença acontece porque temos o presidente que contesta o lockdown, minimiza a pandemia e culpa a imprensa.

A prefeita Eliana Gonzaga, do Republicano/BA, eleita para comandar Cachoeira, cidade histórica do Recôncavo Baiano, foi alvo de ataques racistas durante a eleição e quando eleita, seus dois principais aliados políticos foram executados e desde então ela recebe ameaças de morte e avisos para que renuncie. E esses dois casos, só para ilustrar que a violência contra a mulher não escolhe partido.

Na Câmara dos Deputados, a Bancada Feminina realiza desde 2019 uma Campanha de Combate à Violência Política de Gênero. Eu acabo de assumir a 2ª Coordenação Adjunta da Bancada Feminina, onde propus a criação de um Comitê de Violência Política contra as Mulheres, que levaremos para as Assembleias de todos os Estados, para que a violência contra a mulher na política não fique impune.

Proponho inclusive, que no âmbito do Mercosul, tenhamos um Observatório da Violência Política contra as Mulheres, para que possamos avaliar o tamanho da violência que as mulheres sofrem ao ingressar na política e propor medidas reais de combate à esta violência, que prejudica a democracia e impede que uma parte da população esteja representada nos parlamentos.

Somos vítimas de assédios, diversas violências e feminicídios. Não podemos aceitar que isso continue. Como uma representante do povo eleita, não posso permitir que a violência contra a mulher continue invisível. Precisamos, além das leis, de ações efetivas e unificadas para acabar com a violência contra meninas e mulheres. Acabar com a exploração sexual e o tráfico de mulheres. Acabar com os assédios e estupros. Acabar com as condições degradantes de trabalho e salários desiguais. Acabar com a violência obstétrica e proteger as grávidas e puérperas. E principalmente, acabar com a violência política contra as mulheres.

Uma outra demanda social da América Latina que é um desafio para o nosso Bloco é a questão da **migração**. Temos um histórico processo migratório da América Central para a do Norte, fruto de crises econômicas, sociais e políticas, onde a miséria econômica leva a um processo dramático e contínuo de migração.

Em 2010, após o terremoto do Haiti, recebemos muitos haitianos no Brasil. Agora, estamos vivendo o processo migratório dos venezuelanos para a Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. E este processo se intensificou nos últimos anos quando o golpista Juan Guaidó entra em conflitos constantes com o governo eleito de Nicolás Maduro.

A Organização Internacional para as Migrações da ONU apontou que 16,3% dos venezuelanos, 4,5 milhões de pessoas, vivem hoje fora do país, sendo que a América Latina concentra 88% dessa migração. E essa migração em massa é o maior êxodo da história moderna da América Latina, de acordo com a Onu, com um impacto de aproximadamente R$ 3 bilhões.

Um relatório de julho de 2019 elaborado pelo Escritório do [Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/27/internacional/1569601838_328881.html), dirigido por [Michelle Bachelet](https://brasil.elpais.com/tag/michelle_bachelet), aponta que a migração é parte da razão pela qual as doenças que estavam sob controle, como a difteria e o sarampo, se propagaram novamente, pela quantidade de médicos e enfermeiros que migraram, afetando a saúde do país.

Como este Bloco irá trabalhar este assunto? Como lidar com a xenofobia e com a dificuldade das cidades acolherem esses imigrantes, se temos os nossos próprios problemas políticos e sociais internos? Como promover campanhas para evitar que a população local culpe os imigrantes por queimadas, roubos e toda sorte de problemas? Como cuidar para deixar nossas fronteiras seguras, evitando o tráfico de pessoas e de drogas e dando um tratamento humanizado para os imigrantes? Em um contexto de pandemia mundial, como garantir medidas de segurança para essas pessoas?

Como podemos refletir sobre como os embargos que os EUA fazem sobre a Venezuela e a pressão dos grupos econômicos norte-americanos acirram os problemas políticos no país e isso afeta toda a América Latina? No Mercosul, a Venezuela está suspensa, como interceder para mudar esse cenário?

Que medidas podemos tomar para fortalecer o Bloco? Como promovermos uma ação integrada para aprovar a entrada da Bolívia no Bloco e retirar a suspensão da Venezuela?

Tenho muitos questionamentos sobre quais aspectos este Bloco precisa se debruçar para promover a real integração sul-americana, a soberania e o desenvolvimento inclusivo. Espero que essas provocações sobre a educação, a saúde, a sustentabilidade e o combate à violência contra as mulheres tragam alguns caminhos que possamos trilhar, mas não fiquemos só no debate. Precisamos de ação.

O mundo pós-pandemia trará desafios e debates que nenhum país ou Bloco ainda estão preparados. É a primeira vez que vivemos este momento único na história. O que nosso Bloco fará em relação a este novo momento?

No Brasil do DESgoverno de Bolsonaro lideramos o ranking de mortes da região. A alta dos preços dos alimentos e a falta de comida na mesa é uma realidade. O fechamento das empresas e o desemprego das pessoas é um problema crescente. A superlotação dos hospitais e a falta de vacina para a população só ampliam o problema, transformando a crise sanitária em uma crise econômica sem precedentes.

Lula finalmente recebeu da Justiça o reconhecimento da perseguição política do juiz Sérgio Moro para que não concorresse com Bolsonaro em 2018 e fosse preso injustamente. Se a perseguição política, judiciária e midiática contra Lula cessar, ele será nosso Presidente em 2022.

Dessa forma, me coloco à disposição, no parlamento, no Partido e nas trincheiras de luta, para ajudar a resolver essas questões e termos de fato a soberania regional diante da nova agenda de demandas sociais e mudanças globais.

Muito agradecida mais uma vez pelo convite, um bom dia e um bom debate para todos nós!